

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

HEGEMONIA, COMUNICAÇÃO E IDEOLOGIA: ANÁLISE DA  
COBERTURA JORNALÍSTICA DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS EM  
PARINTINS.

Pesquisador: Phelipe Marques Reis.

PARINTINS  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL  
PIB – SA – 0116/2013  
HEGEMONIA, COMUNICAÇÃO E IDEOLOGIA: ANÁLISE DA  
COBERTURA JORNALÍSTICA DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS EM  
PARINTINS.

Pesquisador: Phelipe Marques Reis.  
Orientador: Profº. Dr. Rafael Bellan Rodrigues de Souza

PARINTINS  
2014

## RESUMO

Esta pesquisa busca verificar como a imprensa trata o fenômeno das ocupações no município de Parintins, no interior do estado do Amazonas. A cidade é um polo na região do Baixo Amazonas e que desde a década de 1990 passou por um grande crescimento demográfico, recebendo constantemente pessoas de comunidades ribeirinhas, municípios próximos e até de outros estados, que enxergam na cidade possibilidades de melhoria de vida. As ocupações de terras são frutos do crescimento demográfico desordenado, já que a cidade não estava preparada para acomodar aqueles que se mudavam para Parintins. Após ocupar partes da orla da cidade, margens dos rios e igarapés, a área verde do município foi a alternativa para os que queriam um pedaço de terra para morar. Bairros como Itaúna 1 e 2, Paulo Corrêa e União, foram criados a partir de ocupações de terras. Geralmente, essas ocupações são noticiadas pelos veículos de comunicação nacionais como ações ilegais. No intuito de identificar e compreender o tipo de tratamento e angulação que a mídia local impressa dispensou às duas últimas ocupações que ocorreram em Parintins, este trabalho faz uso da teoria do enquadramento e dialoga com as categorias de hegemonia e ideologia, na perspectiva de Antônio Gramsci. São analisadas as coberturas jornalísticas da ocupação no Loteamento Teixeira, que aconteceu em setembro de 2011, e da ocupação das Casas Populares no bairro Pascoal Alággio, que aconteceu em janeiro de 2013, dos seguintes jornais locais impressos: Novo Horizonte (NH), Plantão Popular (PP) e Repórter Parintins (RP). Dezesesseis edições são analisadas nesta pesquisa, sendo seis referentes à primeira ocupação e dez referentes à segunda. A leitura e interpretação dos dados são orientadas pela abordagem dialética marxista e pelos critérios de seleção, ênfase e exclusão do enquadramento. Dentre as quarenta vezes, nas quais as ocupações foram tratadas, dezoito apresentaram um tipo de enquadramento considerado negativo – sendo treze referentes à primeira ocupação e cinco à segunda; doze apresentaram um enquadramento classificado como neutro – sendo duas referentes à primeira ocupação e dez à segunda; e apenas seis apresentaram um tipo de enquadramento considerado como positivo, sendo todos referentes à segunda ocupação e nenhum à primeira. Foi verificada uma mudança no tipo de enquadramento construído pelo PP. O jornal apresenta, em alguns momentos, textos e enquadramentos que podem ser considerados contra hegemônicos, pois fazem uma abordagem alternativa sobre o tema, questionando e criticando a ausência de políticas públicas voltadas para habitação no município. Tal mudança, entretanto, pode estar relacionada com aspectos políticos. O NH e o RP, mesmo tendo mais tempo para realizar uma apuração mais aprofundada e crítica sobre o tema, pois são semanários, apresentaram uma abordagem superficial, que se limita a descrever os fatos e sedimentar o senso comum sobre as “invasões”. Compreendendo que o jornalismo se configura como um espaço de luta pela hegemonia fica claro que as coberturas realizadas pelos veículos NH, PP e RP servem para difusão de um discurso criminalizador das ocupações e que, portanto, defendem ou protegem os proprietários das terras, fazendo com que os leitores construam uma visão negativa sobre o assunto e não reflitam criticamente sobre o contexto social e político que motiva as ocupações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hegemonia; Ideologia; Jornalismo; Ocupações de terra; Parintins (AM).

## **ABSTRACT**

This research seeks to ascertain how the press treats the phenomenon of occupations in the city of Parintins, in the state of Amazonas. The city is a center in the Lower Amazon region, which since the 1990s has experienced a large population growth, constantly getting people in river communities, municipalities and even coming from other states, who see possibilities for improvement in city life. Land occupations are fruits of disordered population growth, since the city was not prepared to accommodate those who moved to Parintins. After occupying parts of the edge of the city, river banks and streams, the green area of the city was the alternative for those who wanted a piece of land to live. Neighborhoods as Itauna 1 and 2, Paulo Correa and Union, were created from land occupations. Generally, these occupations are reported by the national media as vehicles of illegal actions. In order to identify and understand the type of treatment and angulation that the printed local media dismissed the last two occupations that occurred in Parintins, this work makes use of the theory of framing and dialogues with the categories of hegemony and ideology, from the perspective of Antonio Gramsci . Analyzes the media coverage of the occupation in Teixeiraão Allotment, which happened in September 2011, and the occupation of Pascoal Alággio Popular Houses in the neighborhood, which happened in January 2013, local newspapers printed the following: New Horizon (NH), Duty Popular (PP) and Reporter Parintins (RP). Sixteen items were analyzed in this study, six related to the first occupation under the second and ten. The reading and interpretation of data are guided by Marxist dialectical approach and the criteria of selection, emphasis and exclusion of the frame. Among the forty times, in which occupations were treated, eighteen had a kind of framework considered negative - being thirteen referring to the first occupation-five the latter; twelve presented a framework classified as neutral - two from first occupation and ten to the second; and only six had a type of framing regarded as positive, and all referring to the second occupation and no at first. A change in the type of framework built by PP was verified. The paper presents, at times, texts and frameworks that can be considered counter hegemonic because they do an alternative approach to the subject, questioning and criticizing the lack of public policies for housing in the city. This change, however, could be related to political aspects. The NH and the RP, even taking more time to conduct further investigation and critique on the topic, they are weeklies, had a superficial approach, which merely describe the facts and sedimentary common sense about "invasions". Understanding that journalism is configured as a space of struggle for hegemony is clear that the coverage carried by NH, PP and RP vehicles serve to broadcast a speech criminalizing of occupations and, therefore, defend or protect landowners, causing that readers construct a negative view on the subject and not critically reflect on the social and political context that motivates occupations.

**KEYWORDS:** Hegemony; Ideology; Journalism; Land Occupations; Parintins (AM)

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. CONTEXTO DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS .....	7
2.1. Urbanização global e o direito à cidade .....	7
2.2. Crescimento populacional, urbanização e déficit habitacional de Parintins .....	9
2.3. Ocupação no loteamento Teixeiraão.....	11
2.4. Ocupação de casas populares no bairro Pascoal Alággio.....	11
3. A RELAÇÃO ENTRE JORNALISMO, IDEOLOGIA E HEGEMONIA .....	13
4. METODOLOGIA .....	18
4.1. Objetos da análise.....	20
5. ANÁLISE.....	22
5.1. Cobertura jornalística da ocupação no Loteamento Teixeiraão .....	22
5.2. Cobertura jornalística da ocupação de casas populares no Pascoal Alággio .....	33
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	46
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49
REFERÊNCIAS .....	51

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo os resultados de uma pesquisa divulgada em 2012 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Brasil apresentou redução do déficit habitacional do país. Elaborado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-2012), o estudo mostra que o déficit de 10% do total dos domicílios brasileiros registrados em 2007 caiu para 8,53% em 2012, o que representa 5,24 milhões de residências (NASCIMENTO; BARTOLI, 2011).

Apesar da redução, uma parcela significativa da população ainda não consegue participar do mercado imobiliário formal, o que está diretamente relacionado ao preço dos imóveis, tanto para a venda como para a locação, e ao empobrecimento, ocasionado pelos baixos salários e pelo grande desemprego. Outro fator, diz respeito às políticas habitacionais criadas para atender à população de baixa renda e que se vale do próprio critério de renda para eliminar os que necessitam de moradia popular. São esses problemas estruturais que alimentam os movimentos populares por moradias.

Em Parintins, município localizado no interior do estado do Amazonas a 420 km de Manaus, também há pessoas que precisam e lutam, mesmo que de forma desorganizada, por acesso à moradia. O município recebe constantemente imigrantes de cidades vizinhas e comunidades rurais próximas, que se deslocam para a cidade em busca de melhoria de vida, mas ao chegar são confrontados com o desemprego, que por sua vez, impossibilita a compra ou a locação de um imóvel.

Este pano de fundo explica o histórico de Parintins marcado pela criação de vários bairros como o Itaúna I e II, Paulo Corrêa e União, a partir de ocupações de terras. Estes bairros foram formados sem o planejamento e a infraestrutura adequada para que a população pudesse habitá-los.

Dentre as ocupações que ocorreram em Parintins, este trabalho analisará a cobertura jornalística de duas recentes que foram noticiadas pela imprensa local. A primeira ocorreu dia 15 de setembro de 2011 no Loteamento Teixeira – área localizada atrás dos bairros Paulo Corrêa e Itaúna II. Os ocupantes deixaram o local no dia 20 de janeiro, após a juíza Melissa Sanches, da segunda vara da comarca de Parintins, ordenar a saída das famílias que ocupavam a área.

A segunda é a ocupação casas populares construídas pela prefeitura no Loteamento Pascoal Alággio durante a administração do prefeito Frank Bi Garcia (2008 a 2012), por meio de convênio com o governo federal no programa *Minha Casa, Minha Vida*. As famílias

ocuparam as casas no dia 21 de janeiro de 2013, mas saíram oito dias depois, mediante ordem judicial expedida pelo juiz da primeira vara da comarca do município de Parintins, Aldrin Henrique Rodrigues.

As ocupações de terras são assuntos que comumente viram notícias e ganham destaque nas capas dos jornais, tanto a nível nacional como local. Estudos mostram que o tema é apresentado, na maioria das vezes, de forma negativa, caracterizando a ação como invasão e os protagonistas como invasores, ou seja, uma ação ilegal e criminoso. O discurso produzido pela mídia alimenta o senso comum da população, verificado facilmente na forma com que as pessoas se referem ao tema, pois a maioria fala invasão e não ocupação.

A partir deste contexto, a pesquisa se propõe a analisar de que forma a mídia local impressa fez a cobertura jornalística das duas últimas ocupações de terras ocorridas em Parintins. Três jornais impressos locais foram escolhidos para a análise: Novo Horizonte, Plantão Popular e Repórter Parintins. Além de verificar o tipo de enquadramento construído a cerca das ocupações, o estudo busca ainda verificar a relação existente entre hegemonia e ideologia, a fim de compreender quais ideologias ou visões de mundo permeiam a prática jornalística e em que grau elas influenciam, ou não, na cobertura realizada pelos veículos de comunicação.

## **2. CONTEXTO DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS**

O Brasil apresenta um histórico marcado por lutas de movimentos sociais populares que reivindicam por um pedaço de terra ou pelo direito a moradia. Para citar exemplos bem conhecidos, podemos destacar o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), fundado ao final da década de 1990, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado há 29 anos. Os dois grupos organizados têm a luta pela terra entre seus principais objetivos e desenvolvem uma série de atividades, dentro de um projeto de trabalho, para conquistar seus objetivos.

### **2.1. Urbanização global e o direito à cidade**

É importante verificar o contexto macro em que se encontra o fenômeno dos movimentos de ocupações de terra e compreender que as ocupações não são fatos isolados, mas sim parte de um fenômeno maior. Diz respeito ao processo global de urbanização, que tem causas, principalmente, econômicas.

Mike Davis, em *Planeta Favela* (2006), descreve com detalhes o processo de urbanização pelo qual a Terra passa. Davis afirma que a maior parte da população da Terra já pode ser considerada urbana e que esse processo de urbanização ocorre com rapidez jamais prevista, principalmente, nos países em desenvolvimento. No entanto, o novo cenário urbano que se desenha nas cidades tem seu preço, dentre várias consequências as principais são o aumento da desigualdade socioeconômica dentro das próprias megacidades, além da favelização.

O novo cenário desenhado pelo processo de urbanização global tem consequências bastante indesejadas, pois a ele está atrelado a favelização generalizada. Outro fruto amargo está descrito no importante relatório “O desafio das favelas”, publicado em outubro de 2003 pelo Programa de Assentamentos Humano das Nações Unidas; o documento é um diagnóstico conclusivo sobre a catástrofe mundial de pobreza urbana, causado pelo modelo econômico vigente.

O geógrafo David Harvey também tem contribuições significativas para a compreensão das causas e consequências do processo de urbanização. Ele afirma que se trata de um fenômeno de classes, já que as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente (HARVEY, 2006). O autor lembra ainda que se a cidade é um produto construído coletivamente, seria direito da coletividade de desfrutar deste espaço. Já que é no processo de construir e modificar a natureza ao seu redor, no caso a cidade, que o homem



constrói e modifica a si próprio, ele não poderia ser privado de ser um sujeito ativo na construção de sua própria história.

Harvey (2006) também enfatiza que, apesar de todo esforço feito nos últimos tempos para a promoção dos direitos humanos, a lógica de mercado neoliberal, os direitos à propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direitos, como o direito à cidade. O mesmo sujeito que trabalha para a construção da cidade é privado de usufruir do espaço urbano; são restrições que vão desde a locomoção dentro da cidade à possibilidade de pleitear uma moradia com mínimo de infraestrutura e saneamento.

Nessa nova configuração onde a desigualdade socioeconômica é latente, surge o que Harvey denomina de microestados. Ele descreve:

Vizinhanças riquíssimas providas com todos os tipos de serviços, como escolas exclusivas, campos de golfe, quadra de tênis e patrulhamento privado da área em torno; área de medidores entrelaçados com instalação ilegal onde a água é disponível apenas em fontes públicas, sem sistema de saneamento, a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se tornam lamaçal sempre que chove e onde as casas compartilhadas é a norma (HARVEY, 2006).

É claro que as características e peculiaridades observadas no contexto macro não se repetem num contexto micro, ou seja, o processo de urbanização e conseqüente favelização mundial tem especificidades que não se enquadram na realidade de Parintins. Embora o fenômeno das ocupações de terras que acontecem em Parintins seja distinto da favelização retratada por Harvey, pode-se inferir que o processo de urbanização que transforma, sobretudo, as megacidades, traz uma série de conseqüências das quais não escapam cidades menores como Parintins, ou seja, acontece a interiorização da urbanização.

O fenômeno das ocupações em Parintins é causado de uma série de fatores, entre eles estão a imigração de pessoas das cidades e comunidades rurais vizinhas, e também o que Harvey caracteriza como desposseções. Segundo ele,

A violência é necessária para construir o novo mundo em cima do velho. Hausmann rasgou os velhos bairros parisienses usando o poder de expropriação em nome do melhoramento e da renovação cívicos. Deliberadamente, ele planejou a remoção de grande parte da classe trabalhadora e outros elementos rebeldes do centro da cidade, onde constituíam uma ameaça à ordem pública e ao poder político (HARVEY 2006).

Durante o processo de urbanização casas são derrubadas, ruas e vielas são exterminadas; os mais pobres são expulsos para que ali sejam erguidos armazéns, lojas e edifícios. Grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014, exemplifica as desposseções a nível nacional, pois certamente famílias que moravam próximo a estádios, que seriam

reformados ou ampliados para a realização dos jogos, tiveram que deixar o local em troca de indenizações e procurar uma nova moradia. Em nível local, podemos citar a conhecida “Praça dos Bois”, construída próximo ao Bumbódromo, centro cultural onde é realizado o Festival Folclórico de Caprichoso e Garantido. A praça foi construída numa área onde existia inúmeras moradias de famílias que residiam ali há anos, mas que tiveram que buscar outro local para se estabelecer e dar espaço para a construção do novo empreendimento.

O espaço urbano deixa de ser apenas a reprodução da força de trabalho e se transforma num produto. Um grande negócio, onde há uma disputa básica entre aqueles que querem da cidade melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos. Nessa tensão de interesses, a apropriação do urbano se dá de forma desigual por causa do mercado imobiliário, do qual são excluídos de participar boa parte da população que não dispõe de recursos suficientes para manter um aluguel ou adquirir um imóvel nos bairros centrais, próximo a escolas, local de trabalho e acessar mais facilmente os demais serviços públicos.

Sem conseguir ingressar no mercado Imobiliário formal, no qual mesmo trabalhadores que possuem emprego e renda fixa têm dificuldade de acessar, e expulsos das áreas centrais pelo processo de urbanização, muitas pessoas ficam sem opções para conseguir uma moradia. Diante desta realidade, a esperança para efetivar um direito é encontrada,

[...] nas áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, nas áreas ambientalmente frágeis, cuja ocupação é vetada pela legislação e nas áreas públicas, que a população pobre vai se instalar: encostas dos morros, beira de córregos, áreas de mangue, áreas de proteção ambiental... Na cidade, a invasão de terras é uma regra, e não uma exceção. Mas ela não é ditada pelo desapego à lei ou por lideranças que querem afrontá-la. Ela é ditada pela falta de alternativas (MARICATO, 2003).

Ainda segundo Maricato (2003), favelas, loteamentos ilegais e ocupações de terras continuarão a se reproduzir enquanto o mercado privado e os governos não apresentarem alternativas habitacionais, pois a questão da ilegalidade e das alternativas de moradia legal é uma questão de política urbana e de regulação do financiamento imobiliário.

## **2.2. Crescimento populacional, urbanização e déficit habitacional de Parintins.**

Parintins experimentou um crescimento populacional muito expressivo a partir da década de 1970. A taxa de urbanização da cidade, que até então era de 43%, passou para cerca de 68% em 2010. O crescimento decorreu do fluxo migratório para Parintins de pessoas de outros estados, municípios do Amazonas e áreas rurais próximas. Neste processo, as pessoas que migraram para o município começaram a ocupar, inicialmente, a orla fluvial da cidade,

depois promoveram as ocupações clandestinas, onde levantaram barracos e palafitas, passando a viver em habitações insalubres, comprometendo a própria qualidade de vida dessas pessoas (SOUZA, D., 2013).

O processo de migração para Parintins não cessou, o município recebe constantemente imigrantes de cidades vizinhas e comunidades rurais próximas, que se deslocam para a cidade em busca de melhoria de vida, acesso a universidades e oportunidades de trabalho, mas ao chegar são confrontados, principalmente, pelo desemprego, que por sua vez, impossibilita a compra ou a locação de um imóvel.

Segundo a Superintendência de Habitação do Estado do Amazonas (Suhab), o déficit habitacional no estado é de 156.720 mil moradias, das quais 50% na capital Manaus. No município de Parintins, o déficit estimado é de 7.460 moradias, sendo 3.478 na área urbana e 3.982 na área rural (SILVA; HAGINO, s/d. apud SOUZA, G. et al., 2013).

As classes com baixa renda financeira ainda constituem a maior demanda por residências e a dificuldade dessa parcela da população em efetivar o direito à moradia está ligada ao valor da renda destas classes, dificuldades de acesso aos financiamentos concedidos pelos programas oficiais e a inexistência de uma política habitacional efetiva.

A Fundação João Pinheiro (FJP) é referência na pesquisa de déficit habitacional. A FJP compreende como déficit habitacional a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção ou adequação de moradias para a resolução de problemas sociais e específicos de habitação. Em outras palavras, consiste na deficiência do estoque de moradias por não dispor de condições de habitabilidade.

O conceito amplo de necessidades habitacionais abrange o incremento necessário que corresponde àquelas moradias que não possuem condições de habitabilidade, por sua precariedade ou desgaste em sua estrutura física, e, ainda, por apresentar coabitação familiar; além da inadequação de moradias, que reflete em problemas na qualidade de vida dos moradores (GIVISIEZ, [2012 ou 2013]).

Nota-se que Parintins teve uma expansão urbana sem planejamento em virtude do crescimento populacional. Tendo em vista que a cidade é produto e condição para a reprodução da sociedade, numa sociedade desigual a produção do urbano, enquanto modo de vida, inclusive no que se refere à habitação, será também desigual. É neste contexto que o fenômeno das ocupações de terra por direito à moradia ganha proporções.

### **2.3 Ocupação no loteamento Teixeiraão (Ocupação 1).**

O loteamento Teixeiraão fica localizado atrás do bairro Itaúna 2, bairro criado na década de 1990 a partir de ocupação de terras. É uma área que compreende outros loteamentos e propriedades particulares.

A ocupação ocorreu na manhã do dia 15 de setembro de 2011. Segundo a imprensa local, mais de 400 famílias tomaram a área, derrubaram e queimaram a vegetação do local, e levantaram alguns barracos improvisados com lonas e pedaços de madeira.

A área ocupada, como se tratava de um loteamento, pertencia a donos diferentes, pois vários lotes já haviam sido vendidos e seus proprietários ainda estavam terminando de quitar o pagamento.

Logo no dia seguinte, 16, a juíza Melissa Sanches Silva da Rocha, titular da 2ª Vara da Comarca de Parintins, expediu uma liminar com mandado de desocupação da área. A decisão judicial foi baseada na denúncia feita pelo promotor André Seffair, do Ministério Público, o qual apresentou um documento que constava de dez páginas com fotos em anexo alegando degradação ambiental.

Ainda no dia 16, no final da tarde, os ocupantes foram notificados da decisão judicial por meio do comandante do 11º Batalhão de Policiamento Ostensivo e Preservação do Meio Ambiente, major Túlio Freitas. A intenção era que os ocupantes deixassem o local sem a necessidade de intervenção policial, mas caso houvesse resistência a Polícia Militar tinha autorização para agir.

A desocupação ocorreu de forma tranquila no dia 19, prazo determinado judicialmente. Não houve necessidade de intervenção da PM, tão pouco de solicitar auxílio da Tropa de Choque da PM de Manaus.

Embora os jornais locais noticiarem que ocupação possuía líderes, em nenhum momento os veículos apresentaram alguém que se identificasse oficialmente como líder do movimento. Outra informação divulgada pela imprensa, mas que não foi comprovada ou documentada com entrevistas, era que a ocupação havia sido mobilizada pelas mesmas pessoas que incentivaram a ocupação que originou o Bairro União.

### **2.4 Ocupação de casas populares no bairro Pascoal Alággio (Ocupação 2).**

O Bairro Pascoal Alággio é um loteamento que fica localizado na zona oeste da cidade de Parintins. É uma área de expansão urbana e caracteriza-se pela legalização e venda de lotes, diferentemente de alguns bairros recém-criados em forma de ocupação, como é caso dos bairros Itaúna I e II, Paulo Corrêa e, o mais recente, bairro da União.

Em 2010, período da gestão do prefeito Frank Luíz da Cunha Garcia, a Prefeitura Municipal de Parintins iniciou a construção de casas populares no bairro Pascoal Alággio para contemplar famílias de baixa renda. O projeto era fruto de convênio entre Prefeitura Municipal e Ministério das Cidades, financiado pela Caixa Econômica Federal na ordem de R\$5,2 milhões, e previa a construção 264 moradias.

Embora a Prefeitura Municipal tenha realizado sorteio de 132 moradias no dia 8 de maio de 2011, as casas não foram entregues e a obra foi paralisada em 2012. No dia 21 de janeiro de 2013, populares ocuparam as casas que haviam sido construídas e que não haviam sido entregues aos donos, contemplados no sorteio feito pela prefeitura. Após a ocupação das casas populares, no dia seguinte cerca de 300 famílias começaram ocupar também os terrenos próximos às moradias.

No dia 24 de janeiro, três dias após a ocupação, o Juiz da 1ª Vara da Comarca de Parintins, Aldrin Henrique Rodrigues, determinou a reintegração de posse, atendendo ao pedido do Município e do empresário Manoel Esteves, proprietário do terreno ocupado nas proximidades das casas populares. A determinação apontava que, se houvesse resistência por parte dos ocupantes, a Polícia Militar poderia pedir reforço policial da capital do Estado.

Ao se pronunciar em coletiva de imprensa no dia 26 de janeiro, o gestor atribuiu a ocupação a possíveis opositores que estariam tentando desestabilizar a administração, que acabara de tomar posse. O prefeito afirmou que não apoiava a ocupação e se esquivou do problema com justificativa de que as casas estavam sob o poder da Caixa Econômica Federal, devido a obra não ter sido concluída, e que por isso a administração não poderia tomar nenhuma atitude.

No dia 30 de janeiro, uma equipe de militares da Companhia de Operações Especiais e do Batalhão de Choque da Capital montou uma guarnição de vigilância permanente no local, para controlar a entrada e saída de pessoas. O comandante da Polícia Militar do município, Major Valadares Júnior, informou à imprensa que a ação de reintegração de posse contaria com um efetivo de mais de 400 militares, patrulha de cavalaria, grupamento de canil e o apoio de um helicóptero. Aos poucos os ocupantes foram se retirando da área sem que fosse necessária a intervenção policial.

### 3. A RELAÇÃO ENTRE JORNALISMO, IDEOLOGIA E HEGEMONIA

O direito a moradia fica cada vez mais distante para algumas pessoas por causa de alguns fatores como o desemprego estrutural, os altos preços do mercado imobiliário, entre outros. No Brasil, são vários os exemplos de movimentos que se organizam e reivindicam por terra, seja para habitação, no caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, MTST, ou para produção que é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST.

O fenômeno de ocupações de terras é um tema complexo e carece de uma reflexão profunda acerca de suas causas. Partindo da premissa de que boa parte do que as pessoas sabem da realidade se dá por meio dos veículos de comunicação – tv, internet, jornais, revistas, rádio, etc, percebe-se então a responsabilidade que os profissionais atuantes neste processo, em especial os jornalistas, têm para com a sociedade. Eles têm a possibilidade de contribuir de forma bastante positiva para a sociedade, se utilizarem a prática jornalística de tal modo a oferecer informações suficientes que permitam a construção de uma visão ampliada, contextualiza e crítica a respeito das ocupações de terras.

No entanto, pesquisas na área da comunicação demonstram que existe uma tendência da mídia tradicional em criminalizar os movimentos e os atores envolvidos no processo. Os rótulos que a maioria dos veículos de comunicação atribui às ocupações e aos ocupantes são: invasões e invasores, respectivamente. Tal posicionamento das empresas comunicacionais nega à população a possibilidade de reflexão sobre o direito à cidade e o direito à moradia, que são negligenciados pelo Estado.

A mídia atribui ao fenômeno o caráter de ilegalidade ao usar o termo invasão, quando deveria ser empregado o termo ocupação, pois se relaciona à conquista de um direito. Além do caráter criminalizador que a imprensa atribui às ocupações, observa-se uma cobertura superficial, que omite questões inerentes ao assunto, como políticas públicas de habitação e urbanização e os índices de déficit habitacional.

As palavras, cuidadosamente escolhidas, refletem um posicionamento de condenação ao movimento de ocupação. Regina Bega dos Santos em *Movimentos Sociais Urbanos* esclarece a questão:

[...] há um termo muito empregado pela grande imprensa e pelo poder público: “invasão”. Os participantes dos movimentos populares se autodenominam ocupantes e não invasores. A diferença não é simplesmente semântica. No uso do termo invasão estão implícitas a ilegalidade e a violência da ação: invadir a privacidade ou a propriedade de outrem. Trata-se de uma ação ilegítima. O termo ocupação relaciona-se à conquista de um direito: ocupa-se o que é de direito. Aquilo que em algum momento, do passado ou do presente, foi usurpado de um grupo ou classe social, mesmo

que não tenha sido “diretamente” usurpado. Mas a desigualdade social, que também significa desigualdade de oportunidades, a exploração e a espoliação urbana impediram que esses cidadãos mais pobres tivessem acesso à propriedade da terra ou à moradia (SANTOS, 2008, p.132).

O serviço responsável que o jornalismo deveria prestar à sociedade se torna um instrumento de manutenção dos interesses das classes dominantes, que buscam manter a hegemonia não apenas material, mas também a direção cultural e intelectual. Geralmente, são os grupos que estão no poder os detentores das terras e/ou propriedades ocupadas, ou as fontes que patrocinam as empresas de comunicação. Em outros casos, ainda existem as redes de relacionamentos e o jogo de interesses entre empresários, políticos e outros atores, aspectos estes que podem comprometer a cobertura jornalística de qualquer assunto, principalmente quando se trata das ocupações, pois coloca em risco a posse, domínio e uso do espaço urbano/rural.

Rothberg (2007) também comenta sobre a forma como a mídia, muitas vezes, faz a cobertura jornalística dos movimentos de ocupação:

[...] se uma matéria notícia uma **invasão** de terras com ênfase na ruptura da ordem legal, tende a promover uma visão do conflito no campo como um caso de polícia, no qual não cabem considerações sobre as desigualdades geradas como resultado de determinado padrão histórico de desenvolvimento; (ROTHBERG, 2007, p, 10, grifo nosso).

Diante disso, é importante verificar e buscar compreender quais ideologias permeiam a prática jornalística, bem como os resultados que elas podem gerar no enquadramento que o profissional dispensa a determinado acontecimento, no caso desta análise as ocupações.

Dentre os diversos produtos jornalísticos com os quais as pessoas têm contato no dia-a-dia, podemos considerar que a notícia é um dos principais. É por meio das notícias que é possível saber de tudo, aliás, quase tudo o que acontece no país e no mundo. Em outras palavras, pode-se dizer que grande parte das pessoas apreende ou conhece a realidade pelo o que as notícias apresentam a elas.

Amaral (2008) diz que a notícia é uma compilação de fatos e eventos de importância para os receptores do jornal. Outro autor dos estudos da comunicação, Erbolato (2008), afirma que “ninguém conseguiu defini-la satisfatoriamente [...] dizem como ela deve ser, mas não o que realmente é”. Apesar da dificuldade em definir plenamente o que é notícia, existem padrões que indicam quais fatos tem a potencialidade de virar notícia ou não. Essas características são sistematizadas e classificadas de valor notícia ou critérios de noticiabilidade (TRAQUINA, 2008).

O processo de produção da notícia envolve diversos atores que influenciam no produto final, logo, a notícia não é puro reflexo da realidade, como propõe a teoria do espelho e sim uma construção social. Traquina (2005) contribui nesse sentido, argumentando que as notícias servem aos interesses políticos e econômicos de agentes sociais para projeção de sua visão de mundo.

A contribuição de Adelmo Genro Filho de que o jornalismo é uma prática social de conhecimento, apresentado em *“O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo”* (1987), ajuda nesta reflexão. Ao propor uma teoria para o jornalismo, Adelmo desenvolve a noção de que a prática jornalística pode ser uma forma social para conhecer e apreender a realidade. Ele defende que a notícia não é um fragmento isolado da realidade, pelo contrário, a singularidade da notícia está conectada a um contexto sócio histórico.

Na visão de Genro Filho, mesmo que a gênese do jornalismo esteja historicamente relacionada ao desenvolvimento do capitalismo, a prática jornalística é dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção. O jornalismo pode mediar a relação entre o indivíduo e a sociedade e fornecer aos cidadãos a possibilidade de integrar-se a um mundo cada vez mais dinâmico.

No que se refere à categoria de hegemonia e o conceito de ideologia, o legado do revolucionário italiano Gramsci auxilia nossas reflexões. De acordo com ele, hegemonia significa a capacidade de uma classe dominante de construir consenso e obter passividade da maior parte da população, configurando-se, assim, em classe dirigente, com poder de direção intelectual e moral (GRAMSCI apud NEGRÃO, 2003). A configuração da hegemonia tem uma relação intrínseca com a classe que controla os meios de produção material e intelectual. A classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante, que lhe permite afirmar a sua hegemonia histórica sobre a consciência socialmente determinada, as instituições da sociedade civil e o próprio poder do Estado.

Para esclarecer a ideia gramsciana de hegemonia, Moraes (2010) descreve:

Trata-se de regular a opinião social através de critérios exclusivos de agendamento dos temas que merecem ênfase, incorporação, esvaziamento ou extinção. O ponto nodal é transmitir conteúdos que ajudem a organizar e a unificar a opinião pública em torno de princípios e medidas de valor. Por isso, formar a opinião é uma operação ideológica estreitamente ligada à hegemonia política (MORAES, 2010).

No processo de formação hegemônica, o jornalismo e os diversos veículos de comunicação envolvidos no processo são determinantes, pois de acordo com Moraes:



Parcela preponderante da mídia quer reduzir ao mínimo o fluxo de ideias contestadoras – por mais que estas continuem existindo. A meta [...] é esvaziar análises críticas e expressões de dissenso, evitando atritos entre as interpretações dos fatos (notadamente os que afetam interesses econômicos, corporativos e políticos) e seu entendimento por parte de indivíduos, grupos e classes. O controle ideológico dificulta a participação de outras vozes no debate sobre os problemas coletivos, pois se procuram neutralizar óticas alternativas, principalmente as que se opõem à supremacia do mercado como âmbito de regulação de demandas sociais (MORAES, 2010).

A ideologia, segundo Gramsci, não é um sistema de ideias ou uma realidade espiritual, mas sim a concepção de mundo constituidora do real, que se expressa na ação, materializa-se nas práticas, e se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas. As ideologias organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc, pois se vestem sempre com um caráter de universalidade, conforme Dantas descreve:

A ideologia se apresenta e precisa se apresentar sempre como a própria forma universal da verdade – por exemplo, como a voz da “Religião”, de seus sacerdotes e tradições ancestrais, como autoridade que emana diretamente de Deus, ou como voz da “Ciência”, como autoridade que emana diretamente do discurso do “especialista” (DANTAS, 2008, p. 95).

Na visão de Gramsci é um erro entender a ideologia como mera falsa consciência e desqualificar os fenômenos ideológicos como “pura” aparência inútil. Para ele a ideologia tem concretude, é uma força ativa e organizadora, moldando o terreno no qual os homens agem e tomam consciência de sua posição. Neste sentido Negrão (2005), esclarece que:

A ideologia aparece como uma concepção de mundo implicitamente manifesta na arte, no direito, na economia e em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva. Mais do que um sistema de ideias, é também uma orientação para a ação dos homens e fundamental para o exercício da hegemonia, pelo seu papel na adesão e /ou consentimento (NEGRÃO, 2005).

Ainda se apropriando das contribuições gramscinianas, este estudo segue a ideia do jornal como Aparelho Privado de Hegemonia. Nessa visão o jornalismo é percebido como espaço de luta entre diferentes concepções de mundo em disputa não só pela significação, mas até mesmo pela definição do que é notícia (NEGRÃO, 2003). Ou seja, o jornalismo tanto pode ser instrumento para legitimar a ideologia da classe dominante, como também pode ser veículo de contra-hegemonia.

É importante ressaltar que, apesar da semelhança dos termos, o conceito cunhado por Gramsci sobre os Aparelhos Privados de Hegemonia se diferencia da categoria de Aparelhos Ideológicos de Estado, cunhado pelo marxista-estruturalista francês Louis Althusser.

Segundo Negrão (2005), entre os aparelhos privados de hegemonia Gramsci destaca a importância dos meios de comunicação que afirma que os jornais podem exercer funções de partido. Também Lima (2001, p. 191-192) citado por Negrão (2005), embora não ignore o papel de outros aparelhos privados de hegemonia, reconhece na mídia um papel central na tarefa de cimentar e unificar o bloco social hegemônico (e contra-hegemônico).

Portanto, esta fundamentação nos possibilitará analisar por meio do enquadramento como as ocupações de terras em Parintins são tratadas pela mídia local e se o jornalismo, considerado como um Aparelho Privado de Hegemonia, apenas reflete o posicionamento hegemônico ou é um espaço de contra-hegemonia. Considerando que grupos e personagens políticos (classe dominante) estabelecem relações estreitas com as empresas de comunicação e que estas podem, ou não, reproduzir em seus veículos a ideologia hegemônica, criminalizando as ocupações, uma vez que o movimento fere os interesses de propriedade privada da referida classe.

#### 4. METODOLOGIA

Este trabalho é orientado numa perspectiva dialética marxista, pois compreendemos que não é possível refletir sobre o jornalismo de forma isolada, desconectada de um contexto sócio histórico e, principalmente, econômico, tendo em vista que os meios de comunicação são peças importantes nas relações de poder; para difusão, manutenção de formação de consenso de visões de mundo.

A história da imprensa, instrumento tecnológico que possibilitou a emergência da profissão, mostra que a evolução do sistema econômico e os avanços tecnológicos ao longo do século XIX foram fatores que impulsionaram a expansão do jornalismo e a mudança no paradigma da notícia. No fim do século XVIII, os jornais eram armas na luta política, mas durante o século XIX, os jornais passam a ser encarados como um negócio que pode render lucros, oferecendo um novo produto – as notícias, baseadas nos “fatos” e não nas “opiniões” (TRAQUINA, 2005). Em outras palavras, a ascensão do capitalismo e a expansão do industrialismo, transformaram as relações práticas de produção em todos os âmbitos da vida, inclusive na forma de fazer jornalismo, que adquiriu caráter industrial na produção da notícia.

Konder (1981) explica que a acepção moderna de dialética se refere ao modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.

A dialética não pensa o todo negando as partes, nem pensa as partes isoladas do todo. Ela pensa tanto as contradições entre as partes como a união entre elas. Portanto, a prática jornalística precisa ser averiguada neste parâmetro, conforme descreve Konder:

Qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter uma certa visão de conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que a gente pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro. Foi o que Hegel sublinhou quando escreveu: “A verdade é o todo”. Se não enxergarmos o todo, podemos atribuir um valor exagerado a uma verdade limitada (transformando-a em mentira), prejudicando a nossa compreensão de uma verdade (KONDER, 1981, p. 34).

Já que tomamos o jornalismo como uma produção humana situada em um contexto sócio histórico, ou seja, uma prática social, vamos nos apropriar também das reflexões de Carvalho (2009) a cerca da teoria do enquadramento, uma vez que ele classifica o jornalismo e os seus operadores, a partir da perspectiva de Goffman (1996), como atores sociais. Neste sentido, Carvalho (2009, p. 2) diz que a ideia adotada sobre enquadramento é “não apenas como uma noção operatória com vistas à sua aplicabilidade em termos de técnica de redação

noticiosa.”, e lembra que é necessário se preocupar em entender a dimensão relacional que é constantemente acionada pelos indivíduos em seu mundo social. O autor resume:

[...] a engrenagem envolvida na produção jornalística está longe de reduzir-se a um conjunto de técnicas que darão forma e conteúdo a narrativas noticiosas. Ela envolve aspectos mais sofisticados que são, em última instância, os definidores dos modos mesmo como o jornalismo seleciona acontecimentos e apresenta-os sob a forma de narrativas que não apenas refletem a realidade, mas trazem uma perspectiva particular sobre cada aspecto divulgado do real. A essa operação, e especialmente sob influência de Tuchman (1978), tem-se dado o nome de enquadramento (CARVALHO, 2009, p.4).

O jornalismo como prática institucionalizada, os constrangimentos organizacionais daí derivados, a visão dos jornalistas sobre o que é notícia – resultado da perspectiva que eles têm sobre a própria profissão – e a tendência que as notícias têm de privilegiar posições ideológicas hegemônicas, reforçando a manutenção do *status quo*, dentre outros fatores, são fundamentais para uma compreensão dos modos como são promovidos os enquadramentos.

Segundo Rothberg (2007), a teoria do enquadramento fornece contornos de uma análise ponderada sobre virtudes e imperfeições de matérias jornalísticas. O autor esclarece que ao utilizar o enquadramento não está incluída a crença de que a mídia determina o pensamento dos indivíduos, posto que eles dispõem de meios de reinterpretação pessoal e apropriação específica dos conteúdos mediáticos de acordo com suas vivências. Mas também não está envolvida a noção de efeitos mínimos da comunicação, sob a qual os sujeitos estariam livres para usar e recusar as mensagens à sua maneira. Na verdade, subjaz o entendimento de que os “enquadramentos introduzem ou aumentam a saliência ou importância aparente de certas ideias, ativando esquemas que encorajam os públicos-alvo a pensar, sentir e decidir de maneira particular” (ENTMAN, 2007, p. 164 apud ROTHBERG, 2007, p. 34).

O procedimento de análise será baseado na proposta de Rothberg, na qual o autor orienta inventariar os itens de informação que podem ser classificados em categorias de seleção, exclusão e ênfase. A primeira envolve os dados apresentados pelo texto, em oposição à segunda, que estima as informações que deveriam estar presentes a fim de atender os critérios de pluralidade e equilíbrio, que seriam suficientes para um entendimento mais amplo do assunto em questão. Já a ênfase é percebida a partir da identificação dos elementos que se destacam na matéria na forma textual ou gráfica (ROTHBERG, 2007).

#### 4.1 Objetos da análise

Os jornais escolhidos para esta análise são os impressos Novo Horizonte (NH), Repórter Parintins (RP) e Plantão Popular (PP). Ao todo foram coletadas dezesseis edições de jornais para análise, sendo quatro do Novo Horizonte, nove do Plantão Popular e três do Repórter Parintins.

O Novo Horizonte é uma publicação semanal do Sistema Alvorada de Comunicação, que faz parte da Diocese da Igreja Católica de Parintins. Ele circula na cidade todos os domingos e alcança outros municípios da região do Baixo Amazonas como Barreirinha, Maués, Nhamundá, Boa Vista do Ramos, entre outros. O semanário tem como lema “*A Verdade vos libertará*” e se apresenta em formato chamado germânico com doze páginas, sendo a capa e última página coloridas e as demais em preto e branco. O jornal foi escolhido devido ser um veículo consolidado na imprensa local, em virtude do seu tempo de existência (18 anos), e da periodicidade regular de publicação.

Além do impresso Novo Horizonte, lançado em 7 de maio de 1994, o Sistema Alvorada de Comunicação possui um canal de TV e dois canais radiofônicos, um AM e outro FM. Como pertence à Igreja católica, o NH apresenta uma linha editorial conservadora e está intrinsecamente ligada ao aspecto religioso, pois um dos seus principais objetivos ao ser criado era conseguir mais devotos ao catolicismo. O NH geralmente manifesta apoio a Administração Municipal, pois possui vínculos de contrato para noticiar as ações do executivo municipal.

O Plantão Popular foi criado em 2010 a partir um movimento popular social, denominado “Articulação Parintins Cidadã”. Logo que o jornal foi criado, ele era composto apenas de uma folha A3+, impresso nos dois lados, em preto e branco. Atualmente ele circula dias de terça, quinta e sábado e se apresenta em oito páginas, sendo a capa colorida. O lema do jornal “O outro olhar da notícia” resume bem a proposta do veículo. O PP se propõe a fazer uma abordagem alternativa sobre os acontecimentos da cidade e tenta utilizar, principalmente, a página dois do jornal, que é dedicada a textos opinativos, para fazer uma abordagem diferenciada sobre os acontecimentos.

O jornal Repórter Parintins surgiu no dia 7 de abril de 2010. O impresso é publicado semanalmente aos sábados, possui formato tabloide e se apresenta em oito páginas, sendo a capa e a última página coloridas. O RP também possui uma versão digital no endereço [www.reporterparintins.com.br](http://reporterparintins.com.br), que é atualizada quase que diariamente. No que se refere à linha editorial, um texto de apresentação publicado em sua página na internet (<http://reporterparintins.com.br/?q=276-lista-7564-Equipe>), “o Repórter Parintins busca ir

além dos fatos do dia a dia e o seu diferencial está na equipe composta de profissionais com um senso crítico dos mais apurados”.

## 5. ANÁLISE

Conseguimos coletar ao todo 16 edições de jornais para análise. Quatro do Jornal Novo Horizonte, sendo 2 edições digitalizadas referentes à primeira ocupação e 2 edições impressas referentes à segunda. Nove edições do Jornal Plantão Popular, todas impressas, sendo 3 referentes à primeira ocupação e 6 referentes à segunda ocupação. Três edições digitalizadas do Jornal Repórter Parintins, sendo apenas 1 referente à primeira ocupação e 2 referente à segunda.

**Comentado [RB1]:** Isso expressa a totalidade das matérias desses jornais/ sobre o acontecimento? É bom dizer.

### 5.1 Cobertura jornalística da ocupação no Loteamento Teixeira (Ocupação 1)

#### 5.1.1 Jornal Novo Horizonte (NH)

Na edição nº 897 do NH, referente ao período de 17 a 23 de setembro de 2011, a ocupação é o principal destaque na capa com o título “Invasão”, acompanhada de uma foto grande colorida, com a seguinte legenda: “*Invasores que lideraram a ocupação do Bairro da União estaria coordenando a invasão do Loteamento Francisco Brasil, próximo ao Loteamento Tonzinho Saunier. O Novo bairro já teria o nome de Bairro da Paz. Os lotes já estão demarcados*”. Além da legenda, outro texto acompanha a foto da capa.

A ocupação é assunto em dois momentos no jornal: na página 2 em uma coluna de opinião denominada “*Tema da Semana*”, assinada por Aroldo Bruce; e na página 7, na editoria “*Cidade*”, em uma notícia assinada por Emiliana Monteiro.

A página 2, dedicada a textos opinativos, traz a coluna denominada *Tema da Semana*, no canto inferior direito da página. A ocupação é o tema da seção com o título “*Invasões irresponsáveis*”. O argumento do autor se baseia em ideias do senso comum, que aparecem em expressões como: “*peças invadem centenas de hectares sem compromisso algum*”, “*Em muitos casos são baderneiros que praticam a ação*”, “*muitas invasões ocorrem sem necessidade*”, “*Em nossa região há muitos rios e lagos – peixes por todos os lados e só morre de fome gente preguiçosa*”.

Outras colocações tornam o texto confuso e evasivo. É possível perceber que o autor condena os ocupantes e defende os proprietários das terras. Sua posição, no entanto, não possui argumentos sólidos, por isso o texto fica superficial e pode ser classificado claramente como um reflexo de ideias do senso comum.

**Comentado [RB2]:** Pega mais trechos, vc falou do senso comum duas vezes... aponta que são visões ideológicas dominantes, parte da hegemonia e tais.

A página 7, editoria *Cidade*, traz uma notícia com o título “*Mais uma invasão em Parintins*”, e subtítulo “*Os invasores estariam se preparando com reuniões há algum tempo para realizar o feito*”. A matéria vem acompanhada de uma foto grande, em preto e branco,

com a legenda “*O local invadido é a área do Loteamento Francisco Brasil, próximo ao Loteamento Tonzinho Saunier*”.

O primeiro parágrafo do texto descreve onde, como e quando ocorreu a ocupação; informa o tamanho da área ocupada em metros quadrados, mas poderia ter sido colocada em hectares e comparada com campos de futebol para melhor entendimento do leitor; aponta ainda o possível líder da ação, um homem chamado “*Jackson*”, e diz que os “*invasores*” já estavam se preparando há algum tempo e seriam os mesmos “*invasores*” que lideraram a ocupação do Bairro União.

O segundo parágrafo traz o posicionamento de um dos proprietários dos lotes de terra. A citação direta mostra que para ele a tentativa de conseguir uma porção de terra é indigna e que os ocupantes deveriam trabalhar para conseguir seus lotes.

No terceiro parágrafo encontra-se a citação direta de uma fonte que não se identificou, mas que confirma a realização de encontros, os quais reuniam as pessoas interessadas em participar da ação. O parágrafo seguinte informa que os ocupantes haviam começado a demarcar os terrenos e atear fogo na vegetação. O antepenúltimo parágrafo diz que “*Apesar de os invasores saberem que a área tem donos, não se importavam, pois segundo elas, a partir de agora pertencem aos ‘novos’ donos.*” Diz também que a ocupação já tinha recebido nome, “*Bairro da Paz*”.

A notícia finaliza com um parágrafo que afirma o declínio das ocupações no país: “*As ocupações de propriedades rurais por movimentos sem-terra estão declinando no País ano a ano.*”. Com base em que a repórter faz tal afirmação? Se for baseada em alguma pesquisa ou estudo, deveria fazer referência à fonte.

Analisando o texto segundo o critério de seleção e ênfase, podemos observar a ocorrência de nove expressões do tipo: invasão, invasões e/ou invasores. Quanto ao critério de exclusão, algumas informações seriam importantes ser apuradas: de onde são os ocupantes? São realmente do Bairro União? Se existe líder, a reportagem poderia ter tentando falar com ele. Caso tivesse tentando, mas não obtivesse êxito, deveria ter esclarecido isso na notícia. Pois ao omitir isso, pode-se inferir que a repórter não tentou falar com uma importante fonte. Existe uma única fala de um possível ocupante, pois a notícia não deixa claro se é de um participante do movimento ou não, é de uma fonte que não quis se identificar. A reportagem poderia ter tentado contato com outros ocupantes, para informar com mais precisão.

Na edição de nº 989 do NH, referente ao período de 24 a 30 de setembro de 2011, o assunto da ocupação vem na capa, no canto inferior esquerdo, com o título “*Justiça manda retirar invasores*”, acompanhada de uma foto média colorida com a seguinte legenda: “A



*juíza Melissa Sanches Silva da Rosa determinou a retirada dos ocupantes dos terrenos invadidos no loteamento Teixeira. O Ministério Público investiga 'os cabeças' da invasão e pedirá a prisão de quem comandou, mais uma tentativa de ação da chamada 'indústria das invasões'.*

A notícia vem na página 7, editoria *Cidade*, na parte superior da página, com o título “*Invasão é contida por determinação judicial*”, vem acompanhada de uma foto pequena, em preto e branco, com a seguinte legenda “*Mais de 400 pessoas deixaram o loteamento Teixeira*”. A matéria é assinada por Emiliania Monteiro.

A matéria é uma suíte da ocupação, que veio como matéria principal na edição anterior do NH, por isso o texto inicia retomando o assunto e posteriormente insere a informação nova, de que uma determinação judicial expedida pela juíza Melissa Sanches ordenava a saída dos ocupantes da área. A notícia explica que a principal justificativa da decisão judicial seria a degradação ambiental causada pelas pessoas nas áreas ocupadas.

O segundo parágrafo explica que as áreas ocupadas pertenciam a diferentes proprietários, muitos dos quais, de acordo com a notícia, estavam revoltados e prontos a buscar providências judiciais. O terceiro parágrafo descreve a atuação da Polícia Militar em cumprimento à ordem judicial de desocupação da área. Os ocupantes saíram tranquilamente sem apresentar nenhuma resistência e derrubaram as demarcações e barracos que haviam levantados no local.

O texto finaliza com a afirmação de que há indícios “*que a invasão tenha sido comandada pelos mesmos líderes de invasões passadas como bairros da União, Itaúna e Paulo Corrêa*”. Tal informação estava sendo investigada pelo Ministério Público, que se confirmasse o envolvimento de líderes pediria a prisão dos mesmos por formação de quadrilha.

Analisando a matéria quanto ao critério de exclusão, observa-se que o texto não traz nenhuma citação, seja direta ou indireta, de nenhuma fonte. A reportagem poderia ter procurado ouvir os ocupantes a respeito da decisão judicial que determinou a retirada dos mesmos do local. Outra informação que seria muito importante é confirmar se o movimento possuía líderes e quem eram esses líderes. A ausência de citações das fontes dá a entender que a repórter não entrevistou ninguém para construir a notícia, tornando o texto superficial e pouco informativo.

O quadro 1 apresenta dados quantitativos sobre os tipos de enquadramentos e o nível da cobertura jornalística apresentadas no jornal Novo Horizonte sobre a ocupação no loteamento Teixeira. É possível verificar que dos cinco momentos em que o tema aparece no

jornal foram com um enquadramento negativo. Outras ponderações mais detalhadas faremos posteriormente.

Edição	Título da matéria	Enquadramento			Cobertura	
		Positivo	Neutro	Negativo	Superficial	Aprofundada
897	Invasão			x		
	Invasões irresponsáveis			x		
	Mais uma invasão em Parintins			x	x	
898	Justiça manda retirar invasores			x		
	Invasão é contida por determinação judicial			x	x	

Quadro 1 – Cobertura NH, ocupação 1

FONTE: Análise dos dados.

### 5.1.2 Jornal Plantão Popular (PP).

Em 2011 o PP não se apresentava com hoje, tanto graficamente como na quantidade de páginas. O jornal era composto apenas de uma folha tamanho A3+, todo em preto e branco e não tinha distinção de um lado para o outro, portanto não há como identificar uma capa, já que a mesma diagramação e cabeçalho do jornal eram iguais nas duas páginas.

Na edição nº169 do PP, que circulou no dia 15 de setembro de 2011, o assunto vem em destaque na parte superior do jornal, com o título “*Nova invasão avança em propriedades particulares*”. A matéria é assinada por Gerlean Brasil e vem acompanhada de uma foto pequena, em p/b, com a seguinte legenda: “*Invasores iniciaram ocupação nas primeiras horas da manhã de ontem*”.

A notícia inicia descrevendo a justificativa que alguns dos ocupantes deram pelo ato da ocupação. O texto situa explicando o que, quando e como ocorreu o fato e posteriormente traz parágrafos com falas que documentam as informações. A matéria traz duas falas de dois ocupantes justificando o motivo da ocupação; traz a fala do proprietário das terras, argumentando que as terras estão loteadas e documentadas; traz também a fala do presidente da União das Associações de Bairros de Parintins, Ernesto de Jesus, o qual julga desnecessária a ação, uma vez que mais de 1.500 famílias foram assentadas no bairro União. Ele ainda acrescenta que as terras são loteadas e não improdutivas como eram as áreas que já foram ocupadas em outros anos.

O texto finaliza com uma citação direta de uma fonte que não quis se identificar. Segundo essa pessoa, que mora nas proximidades da área ocupada, *“os cabeças das invasões estão muito bem de vida, porque sempre ganham dinheiro, sem trabalhar...”*.

No dia 17 de setembro de 2011, edição nº171 do PP, o assunto aparece em dois momentos. Primeiro em uma notícia na parte superior da página e depois numa nota, denominada *Vara Curta*, no canto inferior esquerdo.

A **notícia** tem o título *“Juíza concede liminar e manda retirar invasores”*, subtítulo *“Mandado foi distribuído na manhã de ontem e invasores foram notificados”*. A matéria vem acompanhada de uma foto grande, em preto e branco, com a legenda *“Invasores ignoram ordem judicial e permanecem nos lotes”*.

O texto descreve a concessão de liminar deferida no dia 16 de setembro, sexta-feira, pela juíza Melissa Sanches com mandado de desocupação da área. A decisão judicial teve como base um documento apresentado pelo Ministério Público Federal, no qual constavam provas de degradação ambiental causada pela ocupação.

O terceiro e o quarto parágrafos informam o procedimento da polícia em notificar os ocupantes sobre a decisão judicial de desocupação. Embora a juíza tivesse autorizado o uso de força policial para retirar os ocupantes da área, o Major do 11º Batalhão de Policiamento Ostensivo, Túlio Freitas, esperava que os ocupantes saíssem pacificamente. Mas caso alguém resistisse, efetivo da Tropa de Choque da Polícia Militar poderia ser deslocada da capital para garantir a retirada de todos.

O último parágrafo discorre sobre o avanço da ocupação, queimadas e derrubada da vegetação por parte dos ocupantes, os quais parecem ignorar a decisão judicial.

A **nota** critica os possíveis líderes da ocupação. A *“falta de leitura e estratégia”* dos mesmos teria causado o fracasso da ocupação. A nota termina dizendo: *“Vão ter que se justificar inclusive aos patrocinadores da capital”*. O que se pode inferir de tal afirmação é que a ocupação é fruto de uma estratégia com líderes patrocinados por pessoas que vivem na capital do Estado.

A edição nº 172 do PP, que circulou no dia 20 de setembro de 2011, traz o assunto em destaque com o seguinte título: *“Polícia retira invasores”*, subtítulo *“Mandado de desocupação levou sessenta homens da PM ao local das invasões”*. A matéria é assinada por Gerlean Brasil e vem acompanhada com um foto pequena em preto e branco com a seguinte legenda: *“Invasores retirados dos loteamentos na manhã de ontem”*.

As informações apresentadas respondem às perguntas básicas do lide, explicando quem, fez o quê, quando e como. O primeiro parágrafo descreve a ação do 11º Batalhão de

Policciamento Ostensivo e Preservação do Meio Ambiente para cumprir o mandado expedido pela justiça para desocupação do loteamento ocupado. O segundo parágrafo discorre como ocorreu a ação militar para retirar os ocupantes.

O terceiro e quarto parágrafo dão conta dos possíveis líderes da ocupação e de uma lista, na qual constariam os nomes das pessoas que necessitavam dos terrenos. A lista seria entregue à câmara municipal. Segundo a apuração da reportagem, a maioria das famílias era do Bairro União, bairro recém-criado a partir de ocupação. Ainda segundo a notícia, naquele mesmo dia, terça-feira, haveria uma seção na Câmara Municipal para os ocupantes exporem suas reivindicações.

Observa-se que a palavra invasores é citada 4 vezes. Outras também aparecem no texto, tais como invasões, invasão, movimento invasor, etc. São expressões que caracterizam a ação como ilegal. E nenhum momento a notícia usa a palavra ocupação ou ocupantes.

Ao lado da notícia principal (01), vem outra matéria com o chapéu *Pedreiro*, título “*Retirada interrompe sonho de moradia*”. A matéria vem acompanhada uma foto média, em preto e branco, com a legenda “*O pedreiro Thiago Silva quer se livrar do aluguel*”.

A notícia apresenta a situação de um dos ocupantes e coloca uma citação direta do mesmo para explicar o que o motivou a participar da ocupação. A abordagem é uma tentativa de humanizar o fato, porém, o uso frequente da expressão “*invasores*” coloca os sujeitos numa posição ilegal, tirando deles a possibilidade de lutar pela conquista de um direito: o direito à moradia. Em outras palavras, o enquadramento construído já caracteriza os ocupantes como criminosos, protagonistas de ações ilegais.

Ainda nesta página do jornal, vem uma nota no canto inferior esquerdo. Esta parte do jornal é denominada de *Vara Curta*. O espaço é de caráter opinativo e de crítica. A ocupação é o assunto da nota, na qual o jornal questiona porque a juíza demorou em determinar a retirada dos ocupantes, e só o fez após 72 horas, quando os ocupantes já haviam “*devastado totalmente*” a área.

No outro lado da página, no canto inferior direito, tem uma coluna denominada *Em pauta*. Nela tem três notas, a segunda e a terceira são sobre a ocupação. A segunda, com o título de “*Loteamento*”, descreve a crítica feita pelo promotor André Seffair pela forma como são aprovados os loteamentos em Parintins. A terceira nota (Figura 5) traz o posicionamento do prefeito Bi Garcia quanto à ocupação. Ele diz que as “*invasões*” se transformaram em “*comércio*”.

O quadro 2 traz dados quantitativos, compilados a partir da análise, sobre o nível da apuração e os tipos de enquadramentos que o Plantão Popular construiu sobre a ocupação no loteamento Teixeira. Considerações mais detalhadas sobre o procedimento do PP faremos posteriormente.

Edição	Título da matéria	Enquadramento			Cobertura	
		Positivo	Neutro	Negativo	Superficial	Aprofundada
169	Nova invasão avança em propriedades particulares			x	X	
171	Juíza concede liminar e manda retirar invasores			x	X	
	Vara curta*			x		
172	Polícia retira invasores			x	X	
	Vara curta			x		
	Loteamentos		x			
	Comércio			x		

Quadro 2 – Cobertura do PP, ocupação 1

FONTE: Análise dos dados.

### 5.1.3 Jornal Repórter Parintins (RP)

A edição nº70 do RP, que circulou no dia 18 de setembro de 2011, traz na capa o assunto da ocupação como destaque principal. Traz uma foto grande colorida com a chamada “De novo?”, legenda: “Mais de 200 famílias invasoras: A juíza da 2ª Vara da Comarca de Parintins Melissa Sanches, concedeu liminar a fim de que os envolvidos na invasão fossem retiradas do local. Ela autorizou o uso de força policial.”.

Toda a página 4, editoria *Cidade*, é dedicada ao assunto. Na parte superior vem uma primeira notícia com o chapéu *Invasão*, título: “Prender os líderes é questão de honra”. Subtítulo: “Mais de 200 famílias ocupam área de loteamento particular e desafiam autoridades”. A matéria é assinada por Gerlean Brasil e é acompanhada de uma foto média, em p/b, com a seguinte legenda: “Autoridades inspecionam área invadida por mais de 200 famílias na terça-feira passada”.

A primeira notícia começa com a seguinte declaração do promotor de justiça, André Seffair: “Vamos pedir a prisão dos líderes para que possam passar um bom tempo na cadeia”. Posteriormente, a notícia responde às perguntas básicas do lide: quando, quem, o quê e onde.

O texto descreve o empenho do Ministério Público em identificar e punir os possíveis líderes da ocupação, uma vez que os boatos que corriam era de que a ocupação

**Comentado [RB3]:** Ele está em dois jornais, sua visão sobre o ocorrido gera uma abordagem monolítica na mídia local... seria legal falar disso...

estava sendo organizada pelas mesmas pessoas haviam encabeçado as ocupações que originaram os bairros Paulo Corrêa, Itaúna 1 e 2, e União.

A notícia explica que o MP expediu uma ação cautelar para impedir danos ao meio ambiente, já que os ocupantes haviam ateado fogo em partes da área ocupada.

O último parágrafo da matéria traz uma informação que fica deslocada das informações anteriores. O texto cita um documento de 10 páginas, mas não explica de que documento se trata, quem o expediu ou o enviou, e qual o destinatário. Apesar da inexatidão quanto a origem do documento, pode-se inferir que tenha sido redigido pelo MP na tentativa de apurar informações detalhadas sobre a ação e seus possíveis protagonistas. O documento caracteriza a ocupação como uma “*ação oportunista da indústria das invasões*”.

É importante notar que o próprio chapéu da notícia já rotula e adjetiva a ação. No corpo da notícia o termo invasão aparece 1 vez, o termo invasões 3 vezes, o termo invasores também 3 vezes, e o termo ocupação 2 vezes.

Uma segunda notícia ocupa a parte inferior da página 4 e traz o seguinte título: “*Juíza determinação desocupação de área invadida*”, há um erro de digitação, provavelmente a intenção era dizer *determina* ao invés de *determinação*. A matéria vem acompanhada de uma pequena foto, em p/b, com a seguinte legenda: “*Invasores no momento em que ocupavam os lotes de terras*”.

O texto informa a liminar expedida pela juíza da 2ª Vara da Comarca de Parintins, Melissa Sanches Silva da Rosa, que ordena a desocupação e autoriza ainda o uso de força policial, caso fosse necessário. O segundo e o terceiro parágrafo descrevem o trabalho da Secretaria de Meio Ambiente, Sedema, em mapear o local e verificar as possíveis consequências ambientais na área ocupada.

A notícia tem três subtítulos: *Invasores, Proprietários, Remoção*. O primeiro dá voz aos ocupantes, descrevendo as justificativas da ocupação e documentando com uma citação direta de uma fonte e outra indireta de uma segunda fonte. O segundo dá voz aos proprietários das terras ocupadas, os quais se colocaram como sentinelas vigiando suas propriedades para que a ocupação não avançasse; esta parte é documentada com uma citação direta de uma fonte. O terceiro descreve a ação para efetivar a desocupação da área. Com base na fala do comandante do 11ª Batalhão de Polícia, major Túlio Freitas, o texto explica que tropas só poderiam ser enviadas para o local após determinação judicial e que, se fosse necessário, a ação poderia contar com a atuação com Tropa de Choque da capital do Estado.

Com base nos dados verificados a partir da análise, podemos ter uma visão geral sobre os tipos de enquadramentos que o Repórter Parintins construiu sobre a ocupação no loteamento Teixeiraão o nível da apuração feita pelo jornal, no quadro 3.

Edição	Título da matéria	Enquadramento			Cobertura	
		Positivo	Neutro	Negativo	Superficial	Aprofundada
70	De novo! Mais de 200 famílias invasoras			x		
	Prender líderes é questão de honra			x	x	
	Juíza determina desocupação de área invadida		x		x	

Quadro 3 – Cobertura o RP, ocupação 1

FONTE: Análise dos dados.

## 5.2 Ocupação de Casas Populares no bairro Pascoal Alággio (Ocupação 2).

### 5.2.1 Jornal Novo Horizonte.

A edição nº968 do NH traz na capa, na parte superior, uma foto grande da ocupação com seguinte título, em caixa alta, na cor preta: “Populares ocupam casas abandonadas”, e com a seguinte legenda: “Casas do programa de habitação foram ocupadas por populares que se dizem sem teto. Pessoas que tiveram o nome sorteado para obterem casas no local, também reivindicam o direito e protestam contra a ação.”.

Na segunda página, dedicada aos textos do gênero opinativo, encontra-se o editorial, cuja função é emitir a opinião da empresa sobre determinado assunto. Nesta edição, a ocupação das casas populares ganha atenção e se torna foco do editorial, com o seguinte título: “Invasão de terras, comércio criminoso”. O texto é acompanhado por uma foto média, em preto e branco, com a seguinte legenda: “Area do Pascal Allágio invadia por populares”. Alguns termos são recorrentes no texto: invasões, invasão, invadir, invasores. Outras expressões são enfatizadas: comércio criminoso, indústria da invasão, crime, instinto invasor.

Vale lembrar que o editorial reflete a posição da empresa jornalística a respeito de um tema específico. Diante das expressões que o texto apresenta, fica evidente o caráter criminalizador e ilegal que o jornal atribui à ocupação. Ele não só criminaliza como caracteriza o fenômeno enquanto um comércio profissional, sem levar em consideração o nível de pobreza e desemprego que acomete boa parte da população de baixa renda. Além de criminalizar o movimento, o veículo se coloca ao lado dos proprietários das terras, a quem ele chama de “pessoas de notável conduta [...] que se dispõem a ajudar quem precisa

*e, por esta razão, não merecem perder um patrimônio por capricho da indústria do comércio”.*

O editorial do NH explicita claramente a posição da empresa quanto a ocupação. A luta pela efetivação do direito à moradia é rotulada de “comércio criminoso” e “indústria da invasão”. Fica notória a ideologia que sustenta tal postura. Uma ideologia que advoga o direito dos donos das propriedades sem ao menos se dar o trabalho de discutir ou promover a reflexão acerca do direito à moradia e o direito à cidade.

No canto inferior esquerdo da página 2, dedicada a textos do gênero opinativo, tem numa coluna assinada por Emiliana Monteiro, denominada *Olha já*. Esta seção traz algumas notas e uma é dedicada à ocupação, com o título de “Casas populares”. O texto coloca a situação como um dilema que o prefeito terá que resolver – dar prioridade às famílias que foram cadastradas para receber as casas ou apoiar as pessoas que ocuparam as moradias.

Na terceira página, dedicada à editoria de *Cidade*, a ocupação das casas populares toma toda a página. Ela traz duas notícias acerca do assunto. A notícia principal, assinada por Emiliana Monteiro, ocupa mais da metade da página e traz a mesma chamada que vem na capa, em fonte bem grande, em negrito e cor preta. É interessante notar que há um contraste visível entre texto e imagem, pois a notícia vem acompanhada de três fotos em preto e branco, sendo duas grandes e uma menor, e ocupa um espaço bem maior que o próprio texto.

A primeira notícia começa respondendo à pergunta “O quê?”, descrevendo que “casas populares do bairro Pascoal Allágio foram invadidas por populares no dia 21”, e acrescenta “Além das casas populares, as áreas entorno das construções também começaram a ser ocupadas por pessoas que se dizem sem teto”. O segundo parágrafo explica que as casas são resultado de convênio entre município e governo federal; que o projeto que previa a construção de 262 casas ficou inacabado, mesmo que muitas casas já tivessem sido sorteadas pela prefeitura; também fala que as pessoas que ganharam as casas no sorteio, protestaram a ocupação. No terceiro parágrafo aparece a fala de dois ocupantes, justificando o motivo da ocupação. O quarto e último parágrafo falam de uma reunião entre o prefeito Alexandre da Carbrás com o juiz Itamar Gonzaga “para saber dos procedimentos legais a serem tomados”. O prefeito não se pronunciou no dia da ocupação, 21, e viajou no dia 22, terça-feira, para a capital do Estado.

Verificando o enquadramento da notícia principal nas categorias de seleção, ênfase e exclusão, é possível perceber que a notícia seleciona e apresenta o fato, documenta com duas falas de ocupantes e apresenta a posição da administração municipal, mas exclui temas inerentes ao assunto como o déficit habitacional do município e as políticas públicas de



habitação. O texto poderia questionar o abandono do projeto das casas populares, porque não foi concluído, o que aconteceu com a verba de R\$5,2 milhões, etc. Seria extremamente oportuno, já que se trata de política pública que objetivava minimizar a questão do déficit habitacional da cidade.

Uma segunda notícia também está na terceira página, na parte inferior, e traz a seguinte chamada: “*Juiz determina reintegração de posse do Pascoal Allágio*”. O texto vem acompanhado de imagem e novamente há o contraste de uma foto bem maior com um texto bem curto. O primeiro parágrafo responde às perguntas “*Quem?*”, “*O quê?*” e “*Quando?*”. Descrevendo que após decisão judicial as famílias que ocuparam as casa populares deveriam sair do local. O segundo parágrafo reforça a informação principal, detalhando que a determinação previa solicitação de reforço policial da capital se houvesse resistência por parte dos “*invasores*”. A notícia termina com um curto parágrafo explicando que até o fechamento da edição do jornal “*o mandato de reintegração ainda não tinha sido cumprido*”.

O jornal fez uma abordagem superficial e repetitiva, pois boa parte das informações apresentadas pelo jornal já havia sido publicada por outros impressos, blogs e sites jornalísticos durante a semana. O Novo Horizonte poderia ter se beneficiado de sua periodicidade para fazer uma abordagem diferenciada sobre o assunto, pois possuía tempo suficiente para apuração e espaço no jornal para a publicação, afinal, a terceira página toda foi dedicada ao assunto. Porém, maior parte da página foi ocupada por imagens, enquanto pequenos textos repetiam o que já haviam sido informados aos parintinenses por outros veículos.

A cobertura jornalística do Novo Horizonte não vai além do fato, se resume a informar o superficial. O jornal é semanal e teve tempo suficiente para apurar e trazer o fato de uma perspectiva diferente, já que a ocupação ocorreu numa terça-feira e o jornal circula aos domingos, mas não foi esse o procedimento do semanário. Ao invés de apresentar uma cobertura com profundidade, questionando as políticas públicas de habitação do município, investigando o que aconteceu com o restante do recurso da obra abandonada, etc, o veículo repete o discurso criminalizador das mídias hegemônicas, se coloca ao lado dos “*donos*” das propriedades ocupadas e negligencia o serviço público que presta à sociedade parintinense.

Na edição nº969 no NH, referente ao período de 2 a 8 de fevereiro de 2013, o assunto vem na capa do jornal, no canto inferior esquerdo, com o título “*Invasores saem do Pascoal Allágio de forma pacífica*”. A matéria está acompanhada de uma foto colorida pequena com a legenda “*Após determinação judicial, pouco a pouco os invasores dos lotes e s ocupantes das casas populares deixaram o local, sob o olhar da polícia*”.

O jornal traz duas notícias sobre a ocupação. A primeira vem na página 4, editoria *Cidade*, parte inferior, título “*Carbrás não apoia invasão e ainda denuncia sabotagem contra governo municipal*”, subtítulo “*O prefeito Alexandre da Carbrás (PSD) não poupou críticas ao falar da invasão no loteamento Pascoal Alágio e dos adversários políticos.*”.

A matéria é assinada por Aroldo Bruce e vem acompanhada de uma foto grande em preto e branco, com a legenda “*‘Eu só tenho a lamentar porque há pessoas habituadas em Parintins a fazer esse tipo de ação criminosa usando pessoas de bem, pessoas humildes’, declarou Alexandre da Carbrás*”.

A notícia se baseia unicamente na coletiva de imprensa dada pelo prefeito sobre a ocupação. A notícia tem sete parágrafos, os dois primeiros são bem curtos e respondem às perguntas básicas do lide, os outros cinco parágrafos seguem a seguinte ordem: fala do prefeito, jornal, fala do prefeito, jornal, fala do prefeito. O jornalista insere três citações diretas longas da autoridade e aparentemente com pouca e nenhuma edição nas falas.

O papel que caberia à assessoria de imprensa é feito pelo jornalista, que não procura ouvir outros possíveis lados envolvidos na questão, como os responsáveis pela ocupação. Se “*peças de bem*” estavam sendo usadas para fazer a ocupação como afirma o prefeito, o jornalista poderia apurar quem as estava usando, ou ouvir as pessoas que ocuparam o local sobre como receberam a declaração do prefeito. O repórter teve 13 dias para fazer uma apuração, pois a coletiva de imprensa ocorreu no dia 26 de janeiro de 2013 e o jornal circulou no dia 9 de fevereiro de 2013, mas o profissional se limitou a dar eco às declarações do prefeito.

A segunda matéria vem na página 10, editoria *Cidade*, parte superior da página, com o título “*Ocupantes saem de invasão após determinação judicial*”. A notícia é assinada por Emiliania Monteiro e vem acompanhada de uma foto grande em preto e branco, com a legenda “*No local da invasão era possível ver na quarta-feira, 30, à tarde, apenas os barracos feitos de lona, palha, papelão e pedaços de pau, todos abandonados*”.

O texto descreve como aconteceu a saída dos ocupantes, após o juiz Aldrin Henrique Rodrigues determinar a reintegração de posse e após o prefeito se posicionar contra a ocupação, acabando com a esperança dos ocupantes, que aguardavam um posicionamento favorável do prefeito.

O juiz ainda estabeleceu multa diária no valor de quinhentos reais, em caso de descumprimento da ordem judicial. A notícia diz que a determinação foi uma maneira de não incentivar a prática de **invasões** em Parintins.

**Comentado [RB4]:** Se eles usaram o termo, coloque entre aspas. Se é seu, use ocupações.

Organizamos no quadro 4 os dados da análise da cobertura realizada pelo Novo Horizonte sobre a cerca da ocupação das Casas Populares. Podemos ter uma visão mais geral sobre os tipos de enquadramentos construídos pelo NH e o nível da cobertura jornalística.

Edição	Título da matéria	Enquadramento			Cobertura	
		Positivo	Neutro	Negativo	Superficial	Aprofundada
968	Populares ocupam casas abandonadas		x			
	Invasão de terras, comércio criminoso			x		
	Casas populares		x			
	Populares ocupam casas abandonadas			x	x	
	Juiz determina reintegração de posse...			x	x	
969	Invasores saem do Pascal Allágio de forma pacífica					
	Carbrás não apoia invasão e ainda denuncia sabotagem contra o governo municipal			x	x	
	Ocupantes saem de invasão após determinação judicial		x			

Quadro 4 – Cobertura do NH, ocupação 2  
FONTE: Análise dos dados.

### 5.2.2 Jornal Plantão Popular (PP)

Na edição nº212 do PP, que circulou no dia 22 de janeiro de 2013, o assunto vem na capa, no canto inferior direito, com o título “Famílias ocupam conjunto”, acompanhado de uma foto colorida com a seguinte legenda: “*Famílias sem teto iniciaram ontem, por volta das 18 horas, um movimento de ocupação das casas populares, construídas, pela prefeitura no Bairro Pascoal Allágio, com recursos do programa federal de Urbanização e Regularização de Assentamento Precário e Casas Populares*”.

A notícia vem na página 4 com o título “*Famílias ocupam casas populares*”, subtítulo “*Secretário diz que prefeito vai continuar a construção do conjunto residencial*”. A matéria é assinada por Gerlean Brasil e vem acompanhada de uma foto pequena em preto e branco, com a seguinte legenda: “*Famílias buscam moradia para se livrar do aluguel*”.

A matéria narra o acontecimento descrevendo quando, onde e como se deu a ocupação. A notícia é documentada com a fala do comandante da Polícia Militar, Major Valadares Junior, e pela fala do secretário municipal de terras, cadastro e arrecadação, Flávio Cardoso. Nota-se que o repórter não procurou ouvir nenhum ocupante. E no último parágrafo a notícia destaca a fala do comandante da PM, que diz que “*as pessoas não estão mal*”.

*intencionada, articuladas politicamente ou manipuladas por ninguém [...] estão por necessidade, com certeza*". A matéria não caracteriza a ação como algo ilegal e não a denomina de invasão.

A edição nº213 do PP, que circulou no dia 23 de janeiro de 2013, trouxe a ocupação como o assunto principal na capa do jornal, ocupando a parte superior com uma foto grande, colorida, com o seguinte título: "*Falta de moradia atinge mais de 13 mil famílias*". Sobre a foto vem um texto um pouco grande, como se fosse uma sinopse da notícia.

Esta edição aborda o assunto no editorial, logo na segunda página, onde se localizam os textos opinativos. O editorial vem com o título de *Eldorado Urbano*. O texto traz dados sobre o déficit habitacional do Brasil e Parintins, denuncia a situação urbana da cidade, questiona a falta de políticas públicas eficazes para habitação, defende o direito à moradia e traz à tona o *direito à cidade*. Abordagem do texto é clara e diverge da maioria da abordagem e posições dos veículos de comunicação quanto ao assunto. O PP busca explicitar a raiz do problema e, de certa forma, se coloca ao lado dos ocupantes, pois defende o direito à moradia.

A página 4 traz a notícia apontada na capa, com o título "*Mais de 13 mil famílias sem moradia na ilha*", subtítulo "*Município não tem política pública voltada para o setor*". A notícia é assinada por Kássia Muniz. A mesma foto da capa acompanha a notícia, a diferença é que está em p/b e em tamanho menor, com a seguinte legenda "*Déficit habitacional deixa milhares de famílias sem opções*".

A notícia traz a informação da quantidade de famílias sem moradias na cidade e destaca que o banco de dados sobre o déficit de moradias foi criado pela prefeitura justamente em decorrência do projeto que visava amenizar o problema. O jornal tentou contato com a secretária e a subsecretária de assistência social do município, mas não obteve resposta de ambas.

Ainda na página 4 tem outra notícia que aborda o assunto, intitulada de "*Sem teto ampliam ocupação*". O texto assinado por Gerlean Brasil traz a informação nova de que a ocupação em torno do conjunto das casas populares foi ampliada e documenta com duas falas de duas pessoas que participaram da ocupação. As duas falas, de um tricicleiro e de uma dona de casa, explicam o motivo que as levou a participar da ocupação das casas.

Na edição nº215 do PP, que circulou no dia 26 de janeiro de 2013, o assunto vem na capa como tema principal da edição, com o título "*Ocupação sem freio*", acompanhado de uma foto colorida bem grande com o seguinte texto um pouco grande ao lado.

A página 4 traz a notícia com o título "*Mais famílias ocupam terras do Pascoal Allágio*", subtítulo "*Apesar do deferimento da reintegração de posse, área continua*

*recebendo famílias*”. A notícia é assinada por Floriano Lins e traz uma foto pequena em p/b, com a legenda “*Família insistem ficar na área ocupada*”.

A matéria apresenta a informação de que os ocupantes ignoraram a decisão de reintegração de posse deferida pelo juiz e decidiram continuar no local. O texto traz a informação nova de que aumentou o número de famílias na ocupação. E finaliza com falas do juiz que deferiu a ordem de reintegração, enfatizando o valor da multa em caso de descumprimento da ordem judicial.

Novamente o jornal não apresenta nenhuma fala direta de um dos ocupantes. Cita apenas que fez contato com “*pessoas ‘instaladas’ na área*”, mas não dá voz para essas pessoas. A notícia se limita às fontes oficiais.

A edição do dia 26 de janeiro de 2013, de nº216, o PP traz o assunto na capa, porém não com muito destaque, vem no canto inferior direito, numa caixa azul, com a seguinte chamada: “*Ocupação de terras é criminosa, diz Carbrás*”.

A matéria vem na página 3, canto superior direito, com o título “*Carbrás diz que ocupação de terras é ação criminosa*”, subtítulo “*Prefeito considera chantagem usar nome de seu pai para nome da área*”.

A notícia se baseia unicamente na coletiva de imprensa dada pelo prefeito sobre a ocupação das casas no loteamento Pascoal Allágio. O posicionamento do gestor é claro, ele caracteriza a ocupação como uma ação criminosa e até como um “*tipo de terrorismo*”. Disse ainda que era uma tentativa de sabotar sua administração.

O prefeito é enfático ao afirmar que a “*prefeitura não dará nenhum tipo de apoio*” para a ocupação. Ele diz ser alvo de chantagem, quando os ocupantes tentaram dar à área ocupada o nome de “*Bairro Carlinhos da Carbrás*”.

A matéria finaliza com uma fala do prefeito, na qual o gestor pede aos ocupantes, que se votaram nele, que saiam “*imediatamente dos terrenos invadidos*”.

É interessante que o lema de campanha do prefeito eleito era *O povo em primeiro lugar*. Porém, sua postura demonstra o contrário. Ele não se coloca ao lado do povo, mas sim ao lado do proprietário das terras ocupadas. O último parágrafo conclui dizendo que “*Curiosos também visitaram o local que apresentou o rastro de uma invasão mal sucedida*”.

A edição nº218, que circulou no dia 31 de janeiro de 2013, trouxe o assunto na capa, na parte inferior, com duas fotos pequenas coloridas, uma mostrando um dos barracos improvisados na ocupação e a outra imagem mostrando a barreira criada pela polícia militar e duas pessoas passando num triciclo, o que se pode inferir é que sejam pessoas deixando o

local da ocupação. A chamada na capa traz um chapéu “*Fim da invasão*” e o seguinte título “*Ocupantes batem em retirada*”.

A ocupação é o tema do editorial desta edição, com o seguinte título “*Mera Utopia*”. O texto da seção busca trazer uma reflexão profunda e diferenciada sobre o assunto. Ao comentar sobre a decisão de reintegração de posse, o jornal denuncia a atuação do Estado, pois aquele que deveria efetivar políticas públicas para resolver os problemas da sociedade não o faz, mas é ligeiro em punir quem decide tomar e efetivar um direito que lhe foi tolhido, usurpado, negado pelo próprio Estado. O texto também critica a politicagem, na qual os que estão no poder fazem de tudo para se manter e perpetuar no poder. Alienada e padecendo com tantos problemas a “massa” se vende, vende o voto, perdendo a possibilidade de conduzir e construir a própria vida, a própria história; se iludem com as promessas que não se concretizam, não passam de “mera utopia”. O texto termina questionando “*onde estavam os representantes do povo na hora em que o cacete decretou a reintegração de posse da área ocupada pelos sem teto*”.

É texto é questionador e novamente diferenciado da abordagem, em comparação aos outros veículos de comunicação.

Na página 4, canto superior esquerdo, tem a notícia com o título “*Ocupantes saem pacificamente das terras do Pascoal Allágio*”, subtítulo: “*Batalhão Tupinambarana da PM instalou barreiras e tendas para o monitoramento*”. A matéria vem acompanhada de uma foto pequena em p/b, com a seguinte legenda “*Entradas bloqueadas por barreiras da Polícia Militar até desocupação total*” (erro de digitação no jornal), e é assinada por Gerlean Brasil.

O texto inicia com a informação de que as famílias deixaram o local da ocupação sem que fosse necessária a intervenção policial. O texto cita a participação de 14 membros do Batalhão de Choque e 8 da Companhia de Operações Especiais (COE) no planejamento para auxiliar na reintegração de posse. A matéria finaliza reforçando que as famílias deixaram o local de forma pacífica e que a Polícia permaneceria no local até que todos deixassem a área.

A matéria não documenta as informações com a citação de nenhuma fonte. O que dá a entender é que não foram feitas entrevistas.

No dia 2 de fevereiro de 2013, a edição de nº220 do PP, traz o assunto na capa, no canto inferior direito, com o chapéu *Pascoal Allágio*, com o título “*Saem os últimos ocupantes*”, acompanhada de um foto média colorida que mostra um barraco onde estão algumas pessoas, abaixo da imagem um texto que descreve a ação do comandante da PM para convencer os últimos ocupantes a deixarem a área.

A página 4 traz uma notícia no canto superior esquerdo, com o título “*PM orienta retirada do que restou da ocupação*”, subtítulo “*Policiais convenceram últimos posseiros a deixarem a área ontem*”, acompanha uma foto pequena em p/b com a seguinte legenda “*Barracos foram abandonados pelos invasores*”.

A notícia informa que a PM acompanhou a retirada de madeiras e lonas, materiais que foram usados para levantar os barracos na área ocupada. A informação é documentada com a fala do comandante da PM, Valadares Junior, que enfatizou aos últimos ocupantes que os mesmos poderiam ser arrolados em uma ação de crime ambiental pelo desmatamento realizado na área. A notícia não traz a voz de nenhum dos ocupantes.

Organizamos no quadro 5 os dados da análise de todas as edições do Plantão Popular sobre a ocupação das Casas Populares.

Edição	Título da matéria	Enquadramento			Cobertura	
		Positivo	Neutro	Negativo	Superficial	Aprofundada
212	Famílias ocupam conjunto	--	1	--	--	--
	Vara curta*	1	--	--	--	--
	Famílias ocupam casas populares	--	1	--	1	--
213	Falta de moradia atinge mais de 13 mil famílias	1	--	--	--	--
	Eldorado urbano	1	--	--	--	1
	Mais de 13 mil famílias sem moradia na ilha	1	--	--	--	1
215	Ocupação sem freio	1	--	--	--	--
	Mais famílias ocupam terras do Pascoal Allágio	--	1	--	1	--
216	Ocupação de terras é criminosa, diz Carbrás	--	--	--	--	--
	Carbrás diz que ocupação de terras é ação criminosa	--	--	--	1	--
218	Ocupantes batem em retirada	--	1	--	--	--
	Mera utopia	1	--	--	--	1
	Ocupantes saem pacificamente das terras do Pascoal Allágio	--	1	--	1	--
220	Saem os últimos ocupantes	--	--	--	--	--
	PM orienta retirada do que restou da ocupação	--	1	--	1	--
222	Ocupantes ouvidos pela polícia civil	--	1	--	--	--
	Polícia apura efeitos de ocupação	--	1	--	1	--
249	Promotor denuncia grupo que ocupou casas populares	--	--	--	--	--
	Promotor denuncia envolvidos na ocupação de casas populares	--	1	--	1	--

Quadro 5 – Cobertura do PP, ocupação 2  
 FONTE: Análise dos dados.

Comentado [RB5]: Nas outras usou X

Comentado [RB6]: Fazer tabela igual as anteriores.

### 5.2.3 Jornal Repórter Parintins (RP)

A redação do RP não dispunha de edições impressas em seus arquivos que pudesse ceder para a pesquisa. Tivemos acesso apenas às páginas digitalizadas das duas edições que noticiaram a ocupação. Como não tivemos acesso à capa das edições, não temos como analisá-las e nem como identificar o número das duas edições. Portanto, identificaremos as edições pela data de veiculação e a análise que segue a abaixo se refere especificamente ao conteúdo das páginas onde foram publicadas as notícias relacionadas à ocupação.

Na edição do dia 27 de janeiro de 2013, o assunto da ocupação de terras vem numa pequena matéria na página 6, na parte inferior, sem foto, com o título “*Líderes da invasão cobram apoio do prefeito Alexandre*”.

A notícia se baseia nas declarações de um homem que se apresenta como um dos líderes da ocupação. A reportagem foi chamada ao local da ocupação, pois os ocupantes pediam o apoio do prefeito e dos vereadores.

O pequeno texto se limita a informar a petição dos ocupantes e que, mesmo após a ordem judicial de reintegração de posse, as famílias continuavam nas casas ocupadas esperando um posicionamento do prefeito.

É possível perceber que o veículo não dedicou tanta atenção ao assunto como os outros impressos. Talvez pelo fato de que jornal circula aos domingos e a ocupação havia acontecido na terça-feira, ou seja, já não era uma informação tão nova para a população. No entanto, olhado por outro lado, o jornal poderia ter feito uma apuração mais detalhada sobre o assunto e ter noticiado o fato com novas informações, elementos novos para os quais outros veículos ainda não tinham atentando.

Apesar de não termos tido acesso à edição completa do dia 3 de fevereiro de 2013, apenas à página onde foi publicada a notícia, podemos inferir que esta edição deu destaque ao assunto e provavelmente veio em destaque na capa. A notícia é uma suíte e vem na página 6, com o chapéu *Reintegração*, com o título “*Polícia Militar monta operação de retirada dos invasores do Pascal Alággio*”, subtítulo: “*Efetivo de 400 militares, cavalaria, canil e helicóptero foram utilizados na ação policial*”. A matéria é assinada por Marcondes Maciel e vem acompanhada de uma foto média, em preto e branco, com a seguinte legenda “*Invasores aos poucos foram deixando o local sem oferecer resistência à Polícia Militar*”.

A matéria descreve a estrutura da ação policial montada para efetivar a ordem de reintegração de posse da área ocupada. A notícia tem como fonte apenas o capitão da PM, major Valadares Junior.



É curiosa a estrutura montada para que as pessoas fossem retiradas do local. Segundo relato do jornal, os ocupantes foram saindo aos poucos e não apresentaram resistência à polícia. Aliás, os ocupantes devem ter ficado com medo diante da grandeza da ação militar que foi planejada para retirá-los da área. É possível questionar até que ponto tal estrutura era necessária para aquela situação. A notícia coloca a fala do major, na qual diz que a ação policial havia sido planejada de forma que não ocorresse nenhum tipo de excesso ou confronto. Como os ocupantes poderiam apresentar resistência diante da estrutura da PM? Seria colocar a própria vida em risco.

O quadro 6 traz uma visão mais ampla sobre os tipos de enquadramentos que o Repórter Parintins construiu a respeito da ocupação das Casas Populares. O próximo tópico do relatório, que trata dos resultados e discussões, traz colocações mais detalhadas sobre os dados verificados, organizados nos quadros, dos três veículos analisados neste trabalho.

Edição	Título da matéria	Enquadramento			Cobertura	
		Positivo	Neutro	Negativo	Superficial	Aprofundada
--	Líderes da invasão cobram apoio do prefeito Alexandre	--	1	--	1	--
--	Polícia Militar monta operação de retirada dos invasores do Pascal Alággio	--	--	1	1	--

Quadro 6 – Cobertura do RP, ocupação 2  
 FONTE: Análise dos dados.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a descrição de como as ocupações foram abordadas nas coberturas realizadas pelos jornais NH, PP e RP, cabe agora algumas observações sobre a atuação dos veículos, já que compreendemos o jornalismo como uma atividade complexa, permeada de contradições e forças de interesse.

Dentre os três veículos analisados, o que mais dedicou espaço para noticiar a ocupação 1 foi o PP. O semanário NH tratou do assunto em duas edições e o RP apenas em uma. No que se refere ao tipo de enquadramento, concluímos que, dos cinco momentos em que o NH tratou da ocupação 1, além de fazer uma abordagem superficial nas duas notícias na quais apresentou o assunto, todas foram de forma negativa. Nas três edições do PP que tratam da ocupação, o assunto aparece em três textos informativos e quatro textos opinativos. Dos sete momentos, seis enquadramentos foram considerados negativos e um neutro. Já o RP, que trouxe o assunto na capa e mais duas notícias sobre o tema, teve duas abordagens classificadas como negativas e uma neutra.

Dentre os quinze momentos que os jornais tratam da ocupação no Loteamento Teixeira a maioria apresenta um enquadramento negativo e uma abordagem superficial. Apenas um texto opinativo da edição nº 172 do PP e uma notícia da edição nº 70 do RP apresentaram um enquadramento considerado neutro. Com relação à cobertura ou abordagem, nenhuma foi considerada aprofundada.

A ocupação 2 obteve mais atenção dos jornais. Doze edições abordaram o assunto – duas do Novo Horizonte, seis do Plantão Popular e duas do Repórter Parintins. A ocupação aparece em vinte e cinco momentos nos jornais, sendo oito no NH, quinze no PP e duas no RP. Novamente o PP foi o veículo que mais dedicou espaço ao assunto.

No que se refere ao tipo de enquadramento, das oito vezes que o NH se referiu à ocupação, quatro foram classificadas negativas e três neutras. O PP apresentou uma mudança significativa no tipo de enquadramento – das quinze vezes que o veículo trata do assunto, seis foram consideradas positivas, seis neutras e nenhuma negativa. O PP também foi o único veículo que apresentou dois textos opinativos e um informativo, ambos com uma abordagem aprofundada e diferenciada dos demais veículos, que seguem a tendência da mídia tradicional. O RP apresentou duas notícias sobre a ocupação, uma teve o enquadramento classificado como neutro e a outra como negativo, ambas com uma abordagem superficial.

É possível observar uma mudança entre o tipo de enquadramento da cobertura das duas ocupações. A cobertura jornalística da primeira ocupação feita pelos veículos analisados

não apresentou nenhum enquadramento considerado positivo, todos foram classificados como negativos, pois adjetivavam pejorativamente a ocupação e os ocupantes. Já a cobertura jornalística da segunda ocupação apresentou um crescimento no tipo de enquadramento neutro e o surgimento de enquadramentos positivos, com destaque para o PP, que foi o único veículo a apresentar o assunto de forma diferenciada, aprofundada e positiva.

Esses resultados, no entanto, não são coincidências ou obra do destino. A compreensão desenvolvida por Gramsci de que o jornalismo é um espaço, onde se dá a luta pela hegemonia, ajuda no entendimento de que alguns fatores podem influenciar para a construção de determinados tipos de enquadramentos e não de outros. A forma ou o enquadramento como os jornais apresentam os fatos da realidade para os leitores implica na produção de sentido que eles farão sobre os acontecimentos. Ao noticiar as ocupações apenas como uma ação de ruptura da ordem legal, como a maioria dos jornais fez, leva os leitores a julgarem as ocupações apenas como um caso de polícia, na qual não cabe a reflexão sobre as problemáticas sociais geradas por um padrão de desenvolvimento econômico histórico que empurra as camadas mais pobres da população a buscar um pedaço de terras por meio das ocupações.

A postura dos veículos NH e RP, que não apresentaram nenhum enquadramento considerado positivo sobre as duas ocupações, pode ser atribuída ao fato de possuírem uma linha editorial mais conservadora e possíveis vínculos com os grupos políticos estabelecidos na administração municipal – em 2011, por exemplo, quando ocorreu a ocupação 1, o jornal RP apoiava o grupo político que estava na administração. Ao construir um enquadramento criminalizador sobre o acontecimento, o RP contribuiu para a formação de consenso sobre o assunto entre os leitores, que, por sua vez, tenderão a não questionar ou cobrar as autoridades políticas, a julgar a ocupação como uma ação ilegal, sem justificativa legítima, e que merece ser reprimida com a ação policial, se necessário.

O Novo Horizonte, que possui uma linha editorial conservadora e mantém contratos para noticiar as ações do Poder Executivo, deixa bem claro a posição da empresa a qual pertence quando classifica o movimento de ocupação como um “comércio criminoso”. O veículo então, por meio das coberturas jornalísticas construídas, se configura num instrumento para regular a opinião pública contra as ocupações. Vale ressaltar que o Sistema Alvorada de Comunicação é uma empresa bastante influente em Parintins, pois além do impresso NH possui também um canal de televisão e dois sinais radiofônicos, um AM e outro FM. A referida empresa pertence à Igreja Católica e como maior parte da população de Parintins se declara católica podemos inferir que a Alvorada, com seus diferentes veículos

comunicacionais, alcança a maior parte dos parintinenses. Tendo um enorme público e dispondo de diversos meios de comunicação a Alvorada possui um poder de influencia muito significativo para formar a opinião, desenhar mapas cognitivos e atribuir determinado sentido que lhe for conveniente ao assunto que quiser ou então enfatizar ou até omitir informações.

A mudança no tipo de enquadramento da cobertura feita pelo Plantão Popular pode levar a conclusão de que o veículo ou os profissionais passaram a ter uma visão mais amadurecida e crítica sobre as ocupações. No entanto, tal afirmação fica comprometida pelo fato de que durante a ocupação ocorrida em 2011 o editor do PP, Floriano Lins, integrava a equipe de assessoria de comunicação da Prefeitura Municipal. Já em 2013, quando ocorreu a outra ocupação, o mesmo profissional já não pertencia mais à equipe de comunicação da prefeitura e manifestava certa oposição ao novo grupo político que tomara posse do executivo municipal. A cobertura superficial e criminalizadora do PP sobre a ocupação de 2011 pode ter sido influenciada por causa do vínculo que o editor do jornal possuía com a prefeitura. Da mesma forma que um enquadramento mais crítico e aprofundado sobre o mesmo assunto em 2013 pode ser explicado pela oposição que o veículo fazia à nova **gestão**.

**Comentado [RB7]:** Acho que aqui vc precisa cavar mais, falar dos temas hegemônicos enquadrados, de como há uma direção moral e intelectual, demonstrar a criminalização, relacionar com os capítulos iniciais em torno da questão dos movimentos sociais e o debate do direito à moradia e a cidade.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cobertura jornalística limitada e superficial realizada pelos impressos exclui a possibilidade dos seus leitores compreenderem que os movimentos de ocupações de terras não são motivados por desapego à lei ou por lideranças que querem afrontá-la, mas sim pela falta de alternativas. Um tema tão complexo como este deveria ser tratado com mais cuidado pelos veículos de comunicação. A exclusão de informações como o déficit habitacional da cidade e a falta de políticas públicas voltadas para habitação impede que os leitores dos jornais reflitam criticamente sobre o assunto.

Ao examinar tais coberturas jornalísticas fica evidente que a notícia não é o puro reflexo da realidade, como sugere a teoria do espelho, mas sim um produto manipulado num processo de construção sociopolítica. O fato, assim como questões intrínsecas a ele, estava exposto diante dos repórteres e jornalistas, mas os profissionais optam por excluir, selecionar e enfatizar apenas as informações que lhe parecem interessantes. Essa escolha é consciente e pode ser motivada por diversos fatores que vão desde a limitação cognitiva e formação intelectual do jornalista, à linha editorial dos jornais e os aspectos que integram o processo de produção das notícias – escolha da pauta, apuração, entrevistas, redação e edição do texto.

A manutenção de interesses de determinados grupos políticos e econômicos também permeia todo esse processo e pode ser definidora na construção de paradigmas no intuito de formar consenso a manter a direção intelectual da sociedade.

A noção de **imparcialidade** não se sustenta diante desta análise. Os jornalistas são atores sociais, que atuam num espaço e na história, e carregam uma bagagem de crenças, experiências pessoais e profissionais, possuem uma visão de mundo e um repertório cognitivo. Enfim, aspectos que impossibilitam a noção de neutralidade ou isenção profissional, que, aliás, é uma concepção ingênua acerca do jornalismo.

É importante o seguinte esclarecimento já que o processo comunicacional também é complexo e permeado de contradições. Ao concluir que a possibilidade de imparcialidade no jornalismo é ilusão, não significa desconsiderar a contribuição que a profissão pode dar à sociedade. Ser parcial nem sempre implica em tomar partido de lado a ou b, mas significa que o jornalista ao construir a notícia não tem como se desfazer completamente de seus conceitos e preconceitos, embora esse seja um desafio constante a fim de que a notícia não seja comprometida, e que todo seu repertório poderá influenciar em certo grau em sua atuação profissional.

**Comentado [RB8]:** Por isso acho furado seu enquadramento neutro...

Além dos aspectos pessoais do profissional ainda há questões da empresa que também influenciam na construção da notícia, como já foi dito anteriormente. A soma destes ingredientes resulta num texto noticioso que evidencia uma postura ideológica, a qual discursa a favor de classes detentoras do poder financeiro em detrimento da população, vítima do descaso político do Estado e da exploração do sistema capitalista.

A visão de Gramsci acerca do jornalismo como um aparelho privado de hegemonia é confirmada nos dois episódios analisados, quando a prática jornalística se resume em um suporte para manutenção dos interesses de grupos políticos e econômicos. O jornal se torna um instrumento para formar a direção intelectual do restante da população e conseguir a passividade diante da desigualdade socioeconômica.

Com base no conteúdo analisado, podemos afirmar que o fazer jornalístico do Novo Horizonte, Plantão Popular e Repórter Parintins, apresenta uma grande distância entre a atuação do veículo e a possibilidade de tornar o jornalismo em uma forma social de conhecimento. Já que o jornalismo é um serviço público que os jornais prestam à comunidade, eles deveriam buscar contribuir efetivamente para que a população fosse munida de informações suficientes para ter a capacidade de apreender a realidade, refletir e criticar a respeito dos diversos acontecimentos que ocorrem no dia-a-dia.

**Comentado [RB9]:** Ficou muito boa as considerações, mas ainda acho que temas que tu coloca aqui deveriam vir no tópico de cima, com mais relação com a análise.

**REFERÊNCIAS**

**BRANDÃO, N. A.; DIAS, E. F. A questão da ideologia em Antônio Gramsci.** Trabalho & Educação, Minas gerais, vol. 16, nº 2 – jul/dez – 2007. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/877/769>>. Acessado em: 14 mar. 2013.

**CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico.** Contemporanea, Salvador, vol. 7, nº 2. Dez. 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewArticle/3701>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

**DANTAS, Rodrigo. Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia.** In: Eduardo Granja Coutinho (Org.). Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

**ERBOLATO, Mário L. Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário.** São Paulo: Ática. 5.ed. 2008.

**FILHO, Adelmo Genro. O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo.** Porto Alegre: Tchê, 1987.

**NEGRÃO, João José de Oliveira. Jornalismo, espaço de disputa de hegemonia.** Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, vol. 6, nº 2. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n2p75>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

**MARICATO, Erminia.** In: CASTRIOTA, L.B. (org.). **Urbanização Brasileira: Redescobertas.** Belo Horizonte: Editora Arte, 2003.

**MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci.** Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan-jun. 2010.

**ROTHBERG, D. Enquadramento e metodologia de crítica de mídia.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 5., 2007, Aracajú. Anais do 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2007.

**SANTOS, Regina Bega dos. Movimentos Sociais urbanos.** São Paulo: Editora Unesp, 2008.

**TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo. Porquê as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2005.

\_\_\_\_\_. Teorias do jornalismo. **A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Insular. 2.ed. 2008.